Introdução

A noção de consciência é fundamental na concepção de indivíduo da cultura ocidental, sendo um dos temas centrais nos principais sistemas filosóficos e saberes neurocientíficos da atualidade. Este debate se polariza em duas diferentes visões de realidade e linguagem; são estas a objetivista e a construtivista de realidade, que se atrelam, respectivamente, à visão representacional e à pragmática de linguagem. Os que assumem a primeira posição consideram a consciência, de maneira geral, como uma qualidade da mente, que se expressa por completo na esfera do cérebro humano. A partir disso, eles buscam encontrar a essência da consciência. A segunda visão enfatiza o papel da comunidade humana na constituição do conhecimento, destacando as convenções sociais e abandonando a ideia de uma realidade intrínseca às coisas. Assim, para eles, a consciência não é um objeto do mundo material, e sim um conceito psicológico aplicado, principalmente, aos seres humanos.

Churchland (1998) afirma que o antigo debate filosófico sobre a consciência vem tomando novos rumos devido ao progresso da neurobiologia. As transformações ocorridas no paradigma deste tema vêm avançando, de forma acentuada, desde as inovações trazidas por Descartes (1596-1650) no século XVII. O modelo filosófico de estudo da consciência era, até então, a psicologia aristotélico-tomista, a qual adotava uma visão monista do ser humano. A retomada da teoria platônico-agostiniana, feita por Descartes, trouxe à tona o dualismo, tornando-o a visão predominante na modernidade e lançando-o como referência para o estudo da mente e da consciência. Cabe ressaltar que a lógica cartesiana está diretamente atrelada a uma visão objetivista e representacional de mundo.

Foi somente no século XIX que ocorreu uma mudança na matriz disciplinar do estudo da consciência. O paradigma da pesquisa biológica, principalmente depois das obras de Charles Darwin (1809-1882) – que têm ênfase nos achados empíricos e na evidência material – passou a ser determinante no desenvolvimento das novas teorias sobre a consciência humana. Essa questão

passa, então, a ser não apenas um problema filosófico, mas também uma investigação profundamente científica. A partir da década de 1940, começou a surgir uma proposta computacional de mente, através da adoção de um modelo cibernético. A partir disso, a construção de modelos computacionais foi amplamente difundida. Como fruto desse modelo de mente, temos as propostas de uma Inteligência Artificial e do conexionismo, capazes de proporcionar aos computadores certas faculdades intelectuais privativas do homem, como a inteligência. Tal ideia foi lentamente substituída pela neurociência. Este campo de saber é a união de diversas áreas de conhecimento, como a biologia, física, química, fisiologia, anatomia, medicina, psicologia etc. “Neurociência” seria, então, um termo genérico para denominar a união dessas diversas áreas. A neurobiologia da consciência é a vanguarda científica dos estudos sobre este tema, produzindo cada dia mais informações sobre o funcionamento cerebral com a promessa de uma explicação completa sobre a consciência. A hegemonia desta visão vem enfatizando a naturalização e a materialização da consciência e radicalizando a tradicional posição dualista que separa o homem em corpo e mente.

O rompimento com a tradição dualista de ser humano ocorreu, segundo Hacker (2010), a partir da obra filosófica do “segundo”¹ Wittgenstein (1889-1951). Contudo, esta cisão teve pouca adesão dos filósofos subsequentes. A principal característica da rejeição wittgensteiniana ao dualismo é o resgate do monismo aristotélico, e o abandono da lógica cartesiana. O ataque desse autor voltou-se contra o ponto nevrálgico da visão representacional de linguagem que fundamenta o pensamento de Descartes: a função de linguagem proposta por Santo Agostinho (354-430). Nesta função, é exercida apenas uma atividade designativa, ou seja, a de dar nomes aos objetos do mundo. Ao criticar essa noção, Wittgenstein enfatiza o caráter pragmático da linguagem, abandonando a busca por qualquer significado essencialista das palavras e remetendo o seu sentido ao uso social. Ao minar a ideia representacional de linguagem, ele rejeita a concepção objetivista de realidade, afirmando que tanto o “mundo” como o pensamento é construído pela linguagem.

¹ Conforme A. Kenny (Kenny, 1984, VIII) nos alerta, o uso desta terminologia (primeiro ou segundo Wittgenstein) obedece apenas às razões práticas para se referir à filosofia do *Tractatus* ou das *Investigações Filosóficas*, não insinuando uma separação radical do pensamento do autor.

Ao questionar as instâncias de conhecimento e verdade, a partir da perspectiva de diferentes formas de vida, o pensamento wittgensteiniano mostra a impossibilidade de conhecermos uma verdade absoluta a partir do acesso às nossas experiências privadas, como havia sido proposto por Descartes. A ênfase dada ao papel primário da linguagem reconduz a compreensão sobre o ser humano para uma formação múltipla, advinda das diversas formas de linguagem e, conseqüentemente, dos diferentes modos de pensamento que existem.

O presente trabalho tem como objetivo examinar o estatuto do conceito de consciência na atualidade, dentro da filosofia e da neurociência. Realizar esta investigação requer, primeiramente, confrontar as duas visões – objetivista ou construtivista de realidade e representacional ou pragmática de linguagem – predominantes no pensamento ocidental. Isto porque, são dessas posições que provêm as normatizações presentes na construção de tal conceito. O exame do estatuto da consciência na atualidade será analisado, nesta dissertação, a partir das obras dos neurocientistas Francis Crick (1916-2004) e Gerald Edelman (1929-), e do filósofo John Searle (1932-). Os três autores são representativos das discussões mais atuais que buscam definir objetivamente a consciência.

O ponto de interseção entre a teoria desses pesquisadores é a busca pelo conhecimento científico da consciência, e, ao mesmo tempo, a pretensão de abandonar qualquer posição dualista, utilizando-se de um materialismo biológico. A questão crucial a ser examinada é, então, em que medida o conceito de consciência, formulado por cada um dos três autores, está vinculado a uma das visões de realidade e linguagem citadas aqui anteriormente. A análise disso nos proporcionará uma compreensão panorâmica do atual debate acerca da consciência.

Para atingir os objetivos traçados acima, buscarei debater, inicialmente, dois estatutos da consciência radicalmente opostos. Em um segundo momento, utilizarei os três autores já citados como forma de exemplificar esta discussão. Por último, confrontarei as duas visões de realidade e linguagem a partir das críticas de Wittgenstein.

O primeiro capítulo examina a tradição filosófica a partir da sua divisão entre as visões de realidade e linguagem. Utilizarei como autores centrais os filósofos René Descartes e Ludwig Wittgenstein. O segundo capítulo, por sua vez,

irá apresentar os esforços que a atual teoria neurocientífica e filosófica têm empregado para livrar-se dos impasses deixados pela cisão entre mente e corpo. Analisar essas tentativas nos obriga a realizar um minucioso exame dos pressupostos teóricos, dos métodos e do conceito de consciência adotados pelos autores escolhidos – Crick, Searle e Edelman. Tomando como base esses três pontos – pressupostos, métodos e conceito de consciência – o terceiro capítulo procura investigar, a partir das contribuições de Wittgenstein, se os autores estudados na sessão anterior foram bem sucedidos na tentativa de superar a lógica cartesiana. Além disso, irei me vincular à posição construtivista de realidade e pragmática de linguagem para avaliar como as teorias neurocientíficas e filosóficas citadas adotam uma visão objetivista e representacional.

Por fim, as consequências desta investigação serão examinadas a partir da sua inserção na Psicologia. Isto se faz necessário porque este campo de conhecimento apresenta uma forte confusão conceitual acerca da consciência. Além disso, ocorre um agravamento desta falta de clareza pela predominância de explicações biológicas e reducionistas deste conceito, absorvidas geralmente de imediato pela Psicologia. Utilizar-se irrefletidamente deste discurso tem causado graves prejuízos e inoperâncias às práticas e saberes psicológicos.